

Bolsonaro será investigado por incitação a atos golpistas

Moraes aceita pedido e Bolsonaro é investigado

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF), no início da noite de sexta-feira, para apurar se o ex-presidente Jair Bolsonaro incitou atos golpistas. Por volta das 21h, a solicitação foi atendida pelo ministro da Corte Alexandre de Moraes e, assim, Bolsonaro será alvo do inquérito que vai apurar os instigadores e autores intelectuais dos atos antidemocráticos em Brasília.

A iniciativa da PGR atende pedido feito por cerca de 80 procuradores e subprocuradores da República. Eles acusaram atuação sistemática do ex-presidente para colocar em dúvida a segurança das urnas e do processo eleitoral. A representação foi enviada ao procurador-geral da República, Augusto Aras, que vinha sendo pressionado internamente a tomar medidas mais duras sobre o ex-presidente.

Segundo texto dos procuradores, Bolsonaro contribuiu "para que a confiança de boa parte da população na integridade cívica brasileira fosse minada". O documento ainda

cita o vídeo publicado por Bolsonaro no Facebook e apagado minutos depois, com suspeitas infundadas sobre a lisura das eleições.

A postagem foi feita na terça-feira, dois dias depois que bolsonaristas radicais depredaram os prédios dos três poderes na Capital Federal, e foi entendida pela PGR como estímulo a novos atos golpistas, sendo que nova "megamanifestação" chegou a ser programada por bolsonaristas em diversas capitais para quarta-feira, ainda que não tenha sido concretizada.

No despacho que acolheu o pedido da PGR, Moraes avaliou que esse "pronunciamento do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro se revelou como mais uma das ocasiões em que o então mandatário se posicionou de forma, em tese, criminoso e atentatória às instituições". A decisão cita ainda a existência de uma "possível organização criminosa" criada para "desestabilizar as instituições".

Também nesta sexta-feira, Moraes acolheu pedido da PGR e

determinou a abertura de inquérito para apurar supostas "condutas omissivas e comissivas" de quatro autoridades: o governador do DF afastado, Ibaneis Rocha; o ex-secretário de Segurança do DF, Anderson Torres; o ex-secretário de Segurança interino do DF, Fernando Oliveira; e o ex-comandante-geral da PM do DF, Fábio Augusto Vieira.

Além disso, Moraes deu 10 dias para a Polícia Federal apresentar relatório parcial de provas já coletadas.

Contraponto

O QUE DIZ JAIR BOLSONARO

Frederick Wassef, advogado da família Bolsonaro, disse em nota divulgada à imprensa na sexta-feira que "Jair Bolsonaro repudia veementemente os atos de vandalismo e depredação do patrimônio público cometidos pelos infiltrados na manifestação, e ele jamais teve qualquer relação ou participação nestes movimentos sociais espontâneos".

Outras decisões do ministro do STF na semana

Alexandre de Moraes, relator do inquérito sobre atos antidemocráticos no STF, já havia tomado outras decisões envolvendo Ibaneis Rocha, Anderson Torres e Fábio Vieira ao longo da semana.

• Horas após os atos golpistas em Brasília, **na noite do domingo passado**, o ministro Alexandre de Moraes afastou Ibaneis Rocha do cargo de governador do DF por prazo inicial de 90 dias. A ação foi tomada após pedidos da Advocacia-Geral da União (AGU), do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, diante dos ataques.

• Na terça, atendendo a um pedido do diretor-geral da PF, **Moraes determinou a prisão preventiva do ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres** (ex-ministro da Justiça no governo Bolsonaro), e do ex-comandante-geral da PM do DF Fábio Vieira (que foi preso sem resistência). Torres está de férias nos EUA, desde sábado passado, na mesma região onde Jair Bolsonaro segue desde o fim de 2022, na Flórida. No mesmo dia da ordem de prisão, Torres disse que voltaria ao Brasil para se apresentar à Justiça, o que não havia ocorrido até o fechamento desta edição.

MORAES TOMOU ESSAS DECISÕES SOZINHO?

• Inicialmente, sim, mas todas as determinações citadas foram chanceladas, na quarta-feira, pela maioria dos ministros no plenário do STF. Votaram contra as ordens de prisão e o afastamento de Ibaneis apenas os dois ministros do STF indicados à Corte pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

QUAIS FORAM OS ARGUMENTOS?

• Moraes diz que a conduta de Ibaneis se mostrou "dolosa e omissiva", pois ignorou apelos para realizar plano de segurança semelhante aos dos últimos dois anos em 7 de setembro. "Nada justifica a omissão e convivência do governador do DF com criminosos que, previamente, anunciaram que praticariam atos violentos contra os poderes constituídos", escreveu Moraes.

• Sobre as ordens de prisão, Moraes afirmou que "os comportamentos" de Torres e Vieira "são gravíssimos e podem colocar em risco, inclusive, a vida" do presidente da República, de congressistas e de ministros do Supremo. Segundo o magistrado, "absolutamente nada justifica a omissão e convivência" das autoridades públicas diante dos ataques.

QUAL A RAZÃO DE HAVER UM NOVO INQUÉRITO?

• A nova apuração ocorre a pedido da PGR. Moraes detalhou o motivo do acolhimento do pedido: "O objeto deste novo inquérito será, em um primeiro momento, a apuração da conduta das autoridades públicas responsáveis pela segurança do território do DF, já mencionadas nesta decisão, sem prejuízo de inclusão e novos investigados, notadamente em razão desta investigação também se debruchar sobre o crime de associação criminosa".

• Segundo Moraes, alguns fatos revelam a omissão e convivência de diversas autoridades da área de segurança e inteligência do DF, como a ausência do necessário policiamento, em especial do Comando de Choque da PMDF, durante os atos; a autorização para que mais de cem ônibus ingressassem livremente em Brasília, sem qualquer acompanhamento policial, mesmo sendo fato notório que praticariam atos violentos e antidemocráticos; e a total inércia no encerramento do acampamento criminoso na frente do QG do Exército, em Brasília, mesmo "quando patente que o local estava infestado de terroristas, que inclusive tiveram suas prisões temporárias e preventivas decretadas".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Ataque às instituições **Página:** 8